

Assista ao podcast sobre os estudos realizados e tire suas dúvidas

As propostas visam reduzir em 46% as parcelas e melhorar os níveis de endividamento dos participantes, informam os dirigentes. Além de estarem ajustadas ao mercado e às disposições legais relativas ao funcionamento e custeio dos fundos de pensão, principalmente às Leis Complementares n.º 108 e 109/2001, as Resoluções CNPC nº 30/2018 e PREVIC 23/2023.

Veja mais informações na página especial: <https://bit.ly/4aplspd>

Fonte: [Funcef](#), em 21.05.2024.